

Exmo. Senhora

Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 24 de setembro de 2020

Assunto: *Audição do Conselho de Administração do Hospital de Braga sobre a atualização de remuneração e do horário de trabalho dos trabalhadores, em conformidade com o que é praticado nos hospitais públicos*

O Hospital de Braga passou para a gestão pública no dia 1 de setembro de 2019 depois de vários anos a ser gerido num regime de parceria público-privada (PPP). A anterior gestão privada impôs aos trabalhadores salários mais baixos (alguns até abaixo do salário mínimo nacional para 35 horas de trabalho) e cargas horárias semanais mais elevadas; desvalorizou o valor do trabalho dos seus profissionais e pagava muito abaixo do praticado nos hospitais públicos.

As más práticas da gestão privada, nomeadamente as remuneratórias, devem fazer parte do passado, pelo que todos os profissionais do hospital de Braga em gestão pública deveriam ter já começado a ser remunerados em conformidade. A passagem para a gestão pública tinha (e tem) como obrigação corrigir estas situações e harmonizar remunerações e horários de trabalho com os que são praticados nos hospitais do SNS de gestão pública.

Acontece que ainda há vários profissionais (entre eles assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros) do Hospital que não tiveram a atualização das suas remunerações e do seu horário de trabalho. O Bloco de Esquerda tem alertado o Governo, de forma reiterada, para esta situação, defendendo a sua rápida resolução:

Em dezembro de 2019 alertámos para a situação dos Assistentes Operacionais deste hospital: “em todos os hospitais EPE (entidade pública empresarial) os assistentes operacionais fazem 35 horas semanais e ganham 635 euros mensais, ao contrário do Hospital de Braga em que os trabalhadores fazem 35 horas e ganham 519 euros de salário base ou fazem 40 e ganham 600 euros”.

Em resposta o Governo respondeu que o Hospital de Braga tinha já deliberado aplicar, com retroatividade a setembro, o pagamento do salário mínimo nacional a todos os trabalhadores que tivessem remuneração inferior. Nesta situação (de receber abaixo do SMN, herança da gestão privada) estavam 466 assistentes operacionais com contrato individual de trabalho, 69 assistentes técnicos com contrato individual de trabalho e 95 trabalhadores que transitaram da empresa de limpeza e que tinham categoria de ‘trabalhador de limpeza hospitalar’.

Esta foi uma decisão da mais elementar justiça, mas que não resolveu o problema que ainda subsiste: a diferença de tratamento em relação aos restantes trabalhadores do SNS e a penalização salarial para quem tem horários de 35 horas. Tanto que ainda recentemente os assistentes técnicos e os assistentes operacionais tiveram que voltar à greve.

Situações semelhantes são vividas por outros profissionais, como é o caso dos enfermeiros ou dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Em abril de 2020 voltámos a alertar o Governo, agora para o facto de existirem “168 enfermeiros que continuam a auferir um valor mensal abaixo dos 1201 euros, ou seja, abaixo da tabela remuneratória praticada no SNS”, considerando ainda que “estes salários eram praticados aquando da gestão privada deste hospital, ou seja, quando funcionou em regime PPP, mas desde a sua passagem para gestão pública não há nenhuma razão para que esta situação continue”.

Em julho de 2020 interpelámos uma vez mais o Ministério da Saúde sobre “a situação vivida pelos cerca de 800 profissionais das carreiras gerais do Hospital de Braga, nomeadamente ao nível da aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho”.

Ora, perante tudo isto e tendo em conta que o Conselho de Administração do Hospital de Braga refere constantemente que quer e tem interesse na resolução destas situações,

importa então perceber o porquê de, um ano depois, as situações ainda não estarem resolvidas. Para o Bloco de Esquerda, tudo isto já está com um ano de atraso.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Conselho de Administração do Hospital de Braga sobre a atualização de remuneração e do horário de trabalho dos trabalhadores, em conformidade com o que é praticado nos hospitais públicos.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira